



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	180.807.851,26	14.094,66	180.821.945,92
Pessoal Ativo	159.343.403,13	14.094,66	159.357.497,79
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.464.448,13	-	21.464.448,13
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	20.732.576,31	-	20.732.576,31
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	22.602,97	-	22.602,97
Despesas de Exercícios Anteriores	1.379.552,92	-	1.379.552,92
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.330.420,42	-	19.330.420,42
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	160.075.274,95	14.094,66	160.089.369,61
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			718.531.431.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/ IV) x 100	0,022278%	0,000002%	0,022280%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,044404%			319.056.696,62
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,042184%			303.103.861,79
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,039964%			287.151.026,96

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO - 23/mai/2017 - 16h e 02m

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (provisão), no valor de R\$ 478.067,72.
- 3) Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 549.365,96.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Adriano Pires de Souza
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

Selzo Moreira Fernandes
Diretor do Serviço de Controle Interno

João de Deus Gomes de Souza
Desembargador Presidente